

## **DIÁLOGO DA TECNOLOGIA E DA DESIGUALDADE SOCIAL NAS ESCOLAS EM TEMPO DE PANDEMIA**

Rafaela Costa Piquet

Em decorrência das suspensões das aulas devido ao novo coronavírus, ocorreram significativas mudanças no funcionamento prático do contexto escolar. De uma hora para outra, as aulas presenciais precisaram ser substituídas pela modalidade ensino à distância (EAD), e os desafios dessa transição temporária são imensos. Nesse sentido, a adesão do uso da tecnologia surgiu como uma ferramenta essencial para a continuação das aulas. Muitas instituições de ensino recorreram à prática de aulas remotas, provas *online* e uma série de postagens de tarefas extensas para que os alunos façam em casa. Porém, essa foi uma realidade inicial apenas para as escolas privadas, que, de alguma forma, já possuíam uma estrutura com recursos tecnológicos e financeiros. Já as públicas foram deixadas de lado em nesse primeiro momento, ocasionando assim uma pausa no ensino ofertado para seus alunos.

Contudo, o ensino básico nas escolas públicas sofre com essa reorganização, ao levarmos em consideração que nem todas as crianças possuem acesso a computadores, nem todas têm recursos em suas casas, e, muitas vezes, ocorre a ausência de um familiar para um possível auxílio e acompanhamento. Os familiares, por sua vez, enfrentam também dificuldade de cumprir a quarentena, por diversos motivos, até pela vulnerabilidade econômica de seus lares. Além disso, nos deparamos com professores poucos preparados para o ensino de forma remota, que não receberam uma formação pedagógica e tecnológica previamente. Sendo assim, há muitos desafios ao encarar um ensino à distância, ainda mais de uma forma tão inesperada e abrupta por todos.

Em todo esse contexto, se torna visível a desigualdade educacional e a lógica conteudista do ensino, uma vez que, nem todos possuem acesso aos meios digitais, e ressalta-se o fato de o ensino ter passado da forma presencial para o meio *online* como se ambos fossem a mesma coisa. Vivemos um cenário no qual os alunos estão sendo bombardeados de incansáveis tarefas a serem realizadas e devolvidas aos professores. Vemos assim, um ensino que se baseia em currículos, notas e aprovações, em uma lógica conteudista. Possuímos escolas que focam apenas no ensino, deixando de lado o fator principal, a aprendizagem.

Com vista nesse cenário, compreendendo que a lógica conteudista das escolas persevera, em que medida é possível exigir o mesmo aprendizado de crianças que têm diferentes condições

ensino dentro de suas casas? E em que medida, o contexto em que vivemos, ressalta ainda mais as desigualdades sociais?

De início, gostaria de apresentar a ideia de uma educação bancária, educação em que os educandos são tratados como se fossem colecionadores ou depósitos daquilo que a eles é oferecido (FREIRE, 1987). Os alunos são vistos como um lugar de depósito, lugar em que os professores apenas depositam todo o seu conhecimento, e cabe ao aluno apenas “arquivar” em sua memória todo o conteúdo. Assim, caímos na lógica alienante da ignorância, lógica que mantém a ideia de que o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. O que resulta na sala de aula, na imagem de uma figura fixa que muito sabe e na imagem de uma figura que nada sabe, e que, portanto, precisa aprender. Em decorrência dessa rigidez de funções, temos uma negação clara da educação e do conhecimento como processo de busca (FREIRE, 1987).

Essa ideia de Paulo Freire nos ajuda a pensar que vivemos em uma sociedade que se preocupa com currículos, com aprovações, com conteúdo a ser dado, o que se distancia cada vez mais de um aprendizado de forma mais aberto, participativo e humanizado. Quando nos deparamos com essa perspectiva, vemos um fortalecimento de alunos passivos em relação ao seu processo de educação. Vemos alunos que são formados de maneira em que seu poder criador tende a ser silenciado. Não há uma preocupação com aquilo que o aluno está verdadeiramente aprendendo, há uma preocupação com a nota que esse aluno precisa obter para conseguir avançar nos estudos. Assim, percebemos toda essa lógica quando nos deparamos com a situação atual, com sua lógica conteudista, justificando-se pelo fato de que a transição das aulas presenciais para as aulas remotas ocorrera de forma abrupta, sem preparo, acrescenta-se a isso o fato de que, de modo geral, os educadores apenas transportaram as aulas expositivas para as aulas *online*. Essa prática resulta em uma formação que visa apenas a resultados e não a aprendizados. Uma formação que prepara o aluno para a realização de uma prova, que, por sua vez, irá medir o conhecimento do aluno por meio desta. O que nos leva a ideia de que a educação é um ato de depositar, depósito no outro aquilo que eu julgo ser importante ou não, depósito no outro todo meu conhecimento e espero e quero que esse outro consiga memorizar tudo e expressar o que aprendeu através de tarefas e provas. Quanto mais me esforço em formar pessoas com a ideia de que são apenas repositórios, mais tiro dessas pessoas a capacidade de desenvolverem em si uma consciência crítica, a capacidade de serem sujeitos transformadores do mundo. As aulas *online* corroboram toda essa lógica, ao tornarem mais perceptível a postura padronizada de alunos passivos, que se colocam em frente aos computadores, televisões ou tablets, e, então, desses alunos, será cobrado que tenham aprendido algo.

Mediante toda essa perspectiva, se torna relevante as ideias de Mundim (2017), que relata que há um embrutecimento dentro e fora da escola, embrutecimento que é gerado sobretudo quando tarefas escolares de caráter institucional são consideradas como educação em si. Disso resulta em um ensino que fica cada vez mais dissociado da educação da pessoa no mundo concreto. O espaço da escola, infelizmente, é um ambiente de ideias totalitárias, pois visa ao controle do indivíduo. A escola é marcada por uma configuração que prevê a dominação de pequenos grupos sobre a maioria, uma situação que se sustenta por meio da propaganda ideológica da meritocracia. Ainda é persistente a exclusão daqueles que são menos favorecidos, fato que se afasta da ideia de que todos possuem direito a uma educação com excelência. Essa exclusão dos menos favorecidos não é algo novo, mas sim algo que vêm se tornando cada vez mais visível. Quando nos deparamos com um ensino à distância, as desigualdades educacionais se tornam gritantes. Muitos alunos não têm sequer acesso a um computador, quanto mais à internet. Valendo o questionamento, o que adianta liberar um acesso gratuito à internet se muitos não possuem um aparelho eletrônico para acessar essa mesma internet? Vivemos um momento em que os menos favorecidos tornam-se cada vez mais desfavorecidos e deixados em *standby*. Um momento em que a educação atual, nesse tempo de pandemia, parece ainda mais alcançar apenas aqueles com uma renda alta.

Seguindo essa lógica da desigualdade educacional, Silva (2003) ressalta a ideia de que possuímos instituições de controle social, uma vez que, tais instituições podem estar a serviço do modelo de sociedade assentado em desigualdades. As escolas podem ser vistas como reprodutoras da ordem socioeconômica cuja a função é preparar indivíduos para papéis já predefinidos. Nesse sentido, as escolas adaptam os indivíduos às normas e aos valores vigentes de uma sociedade de classes e a uma política educacional voltada para a promoção de ensino às elites condutoras. No contexto atual, em que ocorre a substituição de aulas presenciais por aulas à distância, é possível perceber o aumento na desigualdade social. Essa ideia pode ser observada por meio da atuação das escolas privadas e das públicas. As escolas privadas se encontram em melhores condições para a implementação de novos aparatos que requerem recursos financeiros, o que não acontece nas escolas públicas. As escolas públicas sofrem com toda essa reorganização, desde uma formação frágil em didática *online* por parte dos professores, até a falta de tecnologia. O que ressalta ainda mais a exclusão daqueles que são menos favorecidos, e a percepção de que é inviável e injusto exigir o mesmo aprendizado para ambos.

Considerando toda a presente discussão, se torna relevante pensar em como será “medido” o aprendizado dos alunos ao retornarem às aulas presenciais. Levando em consideração todos os fatores que aqui já foram apresentados, um dos principais desafios é

acompanhar o aprendizado do aluno. Mas isso se dá, não somente pelas dificuldades no campo tecnológico e pelas desigualdades, mas também pela lógica conteudista que ainda está presente nas escolas, o que contribui ainda mais para uma formação predefinida, formação de alunos preocupados apenas com resultados e não com o aprendizado em si. Uma lógica que se torna mais patente quando as possibilidades de medir o que o aluno aprendeu nesse tempo de aulas remotas se volta para a opção de uma prova avaliativa, que “verificaria” o quanto um determinado aluno aprendeu. Pensar que as aulas através das tecnologias digitais podem oferecer continuidade integral e com a mesma qualidade das aulas presenciais, me parece um tanto quanto improvável de acontecer. Cabendo assim o questionamento, será que não precisamos ressignificar as expectativas e modelos de aprendizagem?

Contudo, levando em consideração não apenas o momento atual de pandemia, mas também o ensino presencial, diversos aspectos precisam ser repensados e reestruturados, visando uma melhor qualidade de ensino para ambos os contextos. É necessária uma ação conjunta de entes federativos, setor privado e organizações não governamentais. É necessário pensar em uma saída dessa lógica conteudista, assim como se torna necessário dar voz ao educando, buscando uma formação mais humanizada. A tentativa de formar pessoas que buscam unicamente o desempenho avaliativo diz respeito a formar pessoas que pouco contribuiriam de forma criativa para o mundo. Vale a reflexão de que a educação não tem que ser realizada apenas pelos educadores, mas sim na relação educador e educando, relação na qual ambos se tornam sujeitos do processo de ensino aprendizagem e ambos se transformam um com o outro.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MUNDIM NETO, J.F.. **A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, M.A.. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Caderno Cedes**, Campinas, v.23, n.61, p.283-301, dez 2003.